BOLETIM

P R O E A L C

Centro de Ciências Sociais / CCS – Julho-Agosto-Setembro - ISSN 2175-9103 Nº76

Boletim Número 76
Data: Julho-Agosto-Setembro/2017

EDITORIAL

O Boletim nº 76 oferece ao público leitor, nas colunas Em Foco, um balanço dos principais acontecimentos políticos ocorridos na América Latina no terceiro trimestre de 2017. O primeiro artigo da referida coluna versa sobre as contradições entre o discurso e as práticas de Donald Trump, e indica as tensões políticas ocasionadas pelas constantes intimidações feitas pelo presidente norte-americano, incluindo ameaças à Coreia do Norte e à Venezuela. O segundo artigo traz a defesa da UNILA (Universidade Federal da Integração Latino-americana) perante o projeto de descaracterização da mesma expresso em Emenda Aditiva apresentada ao Congresso Nacional. O terceiro artigo oferece elementos históricos para uma análise da situação política e econômica da Venezuela e da crise atual que assola o país. O quarto texto apresenta uma leitura de Vladimir Safatle sobre o silêncio perante flagrantes atos de corrupção da casta política brasileira. E, por fim, uma matéria sobre o legado político e humanitário de Salvador Allende, além de um link para acessar a história do Golpe no Chile 44 anos depois.

Destacaremos na coluna Espaço Aberto os atuais desafios do Mercosul, considerando em particular a situação do bloco após a suspensão da Venezuela. Tais inquietações são abordadas no artigo de Márcia dos Santos Muzi, graduanda em Serviço Social e bolsista PROEALC .

Registramos, ainda, que neste número o leitor encontrará uma agenda de eventos e indicações sobre lançamentos de livros com temas afins à linha editorial deste boletim.

Boa leitura,

Profa. Dra. Silene de Moraes Freire
Coordenadora do PROEALC/CCS/UERJ

Dra. Larissa Costa Murad
Pesquisadora do PROEALC/CCS/UERJ

Em Foco I

Trump transforma clube de golfe em trincheira política

Por: Pablo De Llano
15/08/2017

Corria o ano de 2004. Sentado em sua mesa na Trump Tower, Donald John Trump redigia o manual de avareza *Trump: Pense como um Milionário* e sugeria aos futuros leitores: “Não tire férias. Para quê? Se não gosta de seu trabalho, você está no trabalho errado”. Durante a promoção do produto, o apresentador Larry King perguntou sobre seu conselho e o empresário respondeu: “A maioria das pessoas bem-sucedidas que conheço não tira férias. Suas férias são seus negócios. Eu quase não saio” [de Nova York, bem entendido, de sua *tower*].

No entanto, a presidência de Mr. Trump foi até agora uma combinação de Casa Branca – a maior parte do tempo, é verdade – e excursões com uma condição: a presença de um campo de golfe (quando Obama era presidente ele criticava seu gosto pelo golfe e seus dias de folga, exigindo mais "ética no trabalho"). Passou 13 de seus 28 fins de semana como presidente fora de Washington e suas viagens custaram aos cidadãos cerca de 30 milhões de dólares (95 milhões de reais), segundo o Centro para o Progresso Americano. No primeiro semestre, Mar-a-Lago foi seu refúgio presidencial favorito. Para ele, sair de Washington – a capital das elites políticas que ele chama com desprezo de "The Swamp" (o pântano) pois se considera um *outsider*, um antipolítico – é respirar. Mas, no verão insuportável da Flórida – o presidente passaria ali seus dias "livres" cozinhando no calor e na umidade de mais de 90% –, depois de exigir que os legisladores republicanos não saiam de Washington enquanto não avançarem com a ansiada reforma da saúde – ainda emperradíssima – , optou por seu clube de golfe de Bedminster, em Nova Jersey, a 70 quilômetros de Nova York. Ali começou seus 17 dias de descanso – "Não tire férias. Para quê?" – na segunda-feira 4 de agosto anunciando a seus seguidores no Twitter que já estava "trabalhando em Bedminster" e frisava: "Não são férias – reuniões e telefonemas!".

Certamente, o presidente, apesar de não ter renunciado às férias que costumava criticar, não permaneceu de braços cruzados. Com a Casa Branca em obras – o Salão Oval, templo das decisões presidenciais, sem móveis nem carpete, em plena remodelação – Donald Trump continuou a disparar de seu campo de golfe transformando agosto em um mês tempestuoso, o clima político sem o qual não pode viver. Quem consegue ameaçar com um holocausto nuclear de um campo de golfe no verão? Trump. Em Bedminster avisou a Coreia do Norte que poderia submetê-la a "uma fúria e um fogo que o mundo jamais viu". O veraneante mais poderoso do mundo também teve tempo de ameaçar com uma intervenção militar na Venezuela, atacar correligionários do Partido Republicano e falar da suposta falência de seu jornal mais odiado, o *The New York Times*, enquanto tuiteia com generosidade para a conservadora Fox News.

Tudo parecia correr a seu contento nas férias até o desastre de Charlottesville, na Virgínia, onde uma marcha de ultrarracistas e neonazistas transformou uma cidadezinha sulista em um pesadelo de violência com três mortos (uma manifestante antirracista e dois policiais que estavam em um helicóptero que caiu durante os confrontos). Obrigado a falar sobre o ocorrido, o veraneante de Bedminster se limitou a distribuir culpas entre os extremistas e os manifestantes que os enfrentaram. Meio país se perguntou por que o presidente tem tanta dificuldade em repudiar quem odeia negros e judeus.

Depois de uma viagem rápida a Washington, aterrissou de helicóptero em Manhattan na segunda-feira para passar sua primeira noite na Trump Tower desde que tomou posse em janeiro. Na torre – apesar de até agora não ter colocado os pés ali – foi instalado o escritório militar da Casa Branca, um espaço pelo qual o Pentágono paga 130.000 dólares mensais. Na quarta-feira, Trump voltará para Bedminster. Na Grande Maçã, encontrará um espetacular esquema de segurança e uma movimentada agenda de protestos que, com certeza, não verá nem de longe. Vai perder uma atração. Em algum ponto ainda não revelado da cidade, uma galeria de arte colocará um rato inflável gigante: com a cara de Trump.

Na segunda-feira, 21 de agosto, o presidente dará por terminadas suas férias. Voltará para a Casa Branca. Ainda tem alguns dias para completar seu veraneio mais explosivo.

Link: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/15/internacional/1502749742_978313.html

Em Foco II

Ex-alunos defendem a UNILA de projeto de descaracterização

Por Rede Latina
19/07/2017

Criada em 2010, por iniciativa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA), instalada na região da tríplice fronteira entre Brasil, Argetina e Paraguai, em Foz do Iguaçu, está em risco como projeto de integração da região.

Uma emenda aditiva apresentada ao Congresso Nacional pelo deputado Sérgio Souza (PMDB-PR) pretende não só acabar com a essência do projeto como também o da Universidade Federal do Paraná, uma das mais antigas do país. A proposta de Souza prevê, entre outras medidas, o fim da UNILA e a incorporação de dois campi da UFPR à uma nova instituição denominada Universidade Federal do Oeste do Paraná. O estranho é que já existe na região uma Universidade Estadual do Oeste do Paraná (conhecida como Unioeste). Assim, a emenda estaria destruindo dois projetos já existentes e bem sucedidos para criar um terceiro com limitadas possibilidades de ter bons resultados ou de ser um aporte efetivo ao conhecimento e à educação.

Em defesa do projeto, Souza assegura que os estudantes da UNILA seriam integrados automaticamente à nova universidade, embora esta já não teria obedeceria aos parâmetros do projeto integracionista que regem a instituição atual.

Muitos ex-alunos, professores e até a ex-presidenta Dilma Rousseff se pronunciaram em defesa do atual projeto da UNILA. “Eu tenho grande orgulho da UNILA, porque temos um compromisso com a integração latino-americana, e sou radicalmente contra a emenda do deputado Sérgio Souza que pretende transformar a UNILA em outro projeto. A UNILA tem como vocação o fomento da integração latino-americana, e nós não podemos aceitar esse tipo de mutilação desse processo tão importante como é a integração. A UNILA vai resistir!”, disse.

Alexandre Andreatta, diretor executivo do Observatório da Democracia do Parlamento do Mercosul (ODPM) e também aluno egressado da UNILA escreveu um texto especial para o blog para comentar a ameaça de que a universidade perca o viés de projeto integracionista que a impulsou:

“Que façamos juntos a diferença, defendamos a integração regional, defendamos a UNILA.

Um país grande pensa grande age com grandeza através de sua política institucional, seja na defesa dos seus interesses, de sua cultura ou na expansão dos seus ideais. E uma das ações de grandeza do Estado brasileiro reflete-se na criação da Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA).

Assim, é com estranheza e preocupação que tomamos ciência nos últimos dias da notícia sobre a tramitação de uma Emenda Aditiva à Medida Provisória 785/2017, (que originalmente trata do Fundo de Financiamento Estudantil) propondo a transformação da UNILA, na “Universidade Federal do Oeste do Paraná (UFOPR)”.

Tal iniciativa causa preocupação não apenas pelo rito processual da matéria, sem que tenha sequer sofrido o crivo do debate político no Congresso Nacional, mas pela proposta de descaracterização da implantação da UNILA, em desrespeito à autonomia universitária e consequentemente do processo de integração latino-americano, além do apequenamento do país caso se decida abandonar um projeto político que o torna pioneiro na América Latina.

Entendemos que os processos de integração regional enfrentam grandes desafios políticos que, se não forem adequadamente confrontados, poderão provocar sérios retrocessos. A aventura do Reino Unido de retirar-se da União Europeia e, no âmbito do Mercosul, a inflexão recente da política externa dos países do bloco, que poderá resultar no seu enfraquecimento, são manifestações conjunturais que revelam problemas que não podem ser negligenciados.

E é justamente a partir do ensino, pesquisa e extensão, que esses desafios devem e estão sendo confrontados, não limitados a aspectos imediatistas, ou prático-utilitários de setores econômicos (como o agro-industrial) ou de desejos ou interesses políticos pessoais.
Comprometida com os processos de integração, e o destino de suas sociedades, a UNILA, criada pela Lei nº 12.189/2010, reconhece no diálogo a importância do desenvolvimento regional, e vem acreditando em Foz do Iguaçu como núcleo predestinado irradiador de conhecimento, dada sua importância geopolítica, econômica, turística e cultural.

As universidades públicas brasileiras, não obstantes terem desafios que são regionais, caracterizam-se por pensarem no país. Assim, estruturada como uma organização inovadora, bilíngue e interdisciplinar, a UNILA busca na diversidade de conhecimentos uma reflexão coletiva e a resolução de problemas que desafiam não apenas a região Oeste do Paraná, como justifica a Emenda Aditiva, mas ao país e a todo o continente latino-americano. Isso porque, nesse território fronteiriço, são materializados, nas interações cotidianas, intercâmbios culturais, científicos e educacionais, contribuindo ao processo de integração em nível regional.

Hoje, com alunos de dezessete países, nos mais de vinte e nove cursos de graduação, dois cursos de doutorado, oito cursos de mestrado e quatro cursos de especialização, a UNILA apresenta-se como um baluarte da internacionalização do ensino superior, tendência em todo o mundo. Regionalizá-la significa diminuir seu potencial, impedir processos de integração e desenvolvimento.

Ademais, a proposta de integração inerente à missão da UNILA corrobora com o artigo 4º da Constituição Federal. A Carta Magna estabelece que o País “buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina”. E é através do intercâmbio acadêmico e a cooperação solidária com países integrantes do MERCOSUL, e com os demais países da América Latina, que os cursos oferecidos são considerados estratégicos para o desenvolvimento e a integração regional.

A partir do desafio que nos é colocado – defender a UNILA – é pretensioso não reconhecermos no intercâmbio de conhecimentos uma ferramenta para o desenvolvimento sustentável não apenas da região Oeste do Paraná, mas do Brasil e de toda a América Latina, una e diversa.

Nós defensores do projeto UNILA, consideramo-nos pessoas privilegiadas, pois foi a partir dela, atraídos pelo desafio de construir coletivamente um espaço inovador, que nos envolvemos e descobrimos que a integração pode favorecer expressivamente não apenas uma determinada região ou um determino segmento da economia, mas nossas economias e nossas sociedades como um todo.

Hoje, com as ameaças da construção de uma “barreira física intransponível” na fronteira entre México e EUA, ou até mesmo de propostas de descaracterização do projeto de integração do MERCOSUL, faz-nos pensar que alternativas nos processos de integração existem e como auxiliariam no desenvolvimento nessas regiões.

A estas ameaças, a UNILA apresenta-se como necessária para realizar uma visão crítica e constante desses processos, analisando e corroborando com mudanças e estratégias.

Seguimos acreditando na velha máxima da integração e vamos além, construamos pontes para que muros não sejam apenas impensáveis, mas materialmente impossíveis. Defendamos as prerrogativas contidas no projeto em que ensejou a UNILA, para que Emendas Aditivas, ou Medidas Provisórias estranhas, também não sejam apenas impensáveis, mas materialmente impossíveis.

Em tempos em que construir muros torna-se palavra de ordem, a UNILA é uma porta que permite importantes passos para um mundo mais diverso e integrado.

Que juntos, façamos a diferença defendamos a integração regional, defendamos a Universidade Federal da Integração Latino-americana”.

Alexandre Andreatta
Diretor Executivo do Observatório da Democracia do Parlamento do Mercosul (ODPM)
Egresso das primeiras turmas de Graduação em Relações Internacionais e Integração e Pós-graduação, Mestrado em Integração Contemporânea da América Latina (ICAL).

Link: http://redelatinamerica.cartacapital.com.br/ex-alunos-defendem-unila-de-projeto-de-descaracterizacao/

Em Foco III

Para entender a Venezuela

Por Marcelo Zero*
10/08/2017

Não se pode compreender a crise atual e o chavismo sem saber como era o país antes da 'revolução bolivariana' e o seu papel geopolítico para os EUA.

Não é possível entender a atual crise da Venezuela e tampouco o regime chavista sem compreender como era esse país antes da "revolução bolivariana" e qual o seu significado geopolítico para os EUA. A Venezuela tem a maior reserva provada de petróleo do mundo. São 298,3 bilhões de barris, ou 17,5% de todo o petróleo mundial, localizado a apenas 4 ou 5 dias de navio das grandes refinarias do Texas.

O petróleo do Oriente Médio, em comparação, está entre 35 a 40 dias de navio dos EUA, maior consumidor de óleo do planeta.

Essas imensas reservas começaram a ser exploradas no governo de Juan Vicente Gómez (1908-1935) e a renda gerada pela produção e exportação de hidrocarbonetos possibilitou a construção de infraestrutura viária e portuária e a implantação de um aparelho de Estado centralizado. A consolidação do Estado Nacional venezuelano embasou-se apenas na exportação de petróleo para o mercado norte-americano, o que levou à Venezuela a desenvolver "relações privilegiadas" com os EUA.

Na década de 1950 do século passado, a Venezuela já havia se convertido no segundo produtor e no primeiro exportador mundial de petróleo. No entanto, essa notável afluência econômica, obtida numa relação de estreita dependência com os EUA, não se refletia na diminuição de suas graves desigualdades sociais, na diversificação de sua estrutura produtiva e na implantação de um regime democrático estável.

O país era marcado por profunda dependência em sua política externa, o que resultou em um sistema político formalmente democrático, porém profundamente oligárquico, em uma política externa avessa à integração regional e à articulação com outros países periféricos e a uma estrutura social marcada pela desigualdade e a pobreza.

O isolacionismo dependente da Venezuela só começou a ser parcialmente revisto ao final da década de 1980, quando a relativa abundância de petróleo no mercado internacional, que fez diminuir o preço dessa commodity, somada à crise da dívida, que viria a atingir aquele país ao final do decênio, produziu uma modesta mudança na estratégia de sua política externa. Ela passou a buscar progressivamente a inserção no cenário externo mais realista, na qual o Caribe e a América do Sul passaram a ter lugar de destaque.

Contudo, mesmo com essa mudança modesta e parcial, a Venezuela continuou a orbitar em torno dos interesses estratégicos do EUA na região, constituindo-se, junto com a Colômbia, no seu aliado mais fiel.

Antes do governo de Chávez, em 1998, o país com a maior reserva de óleo do mundo tinha 70% de sua população abaixo da linha da pobreza, 40% na pobreza extrema e 21% da população estavam subnutridos. Essa era a Venezuela dos Capriles, dos López e da "oposição democrática".

Em relação à saúde pública, é preciso ressaltar que a mortalidade infantil era de 25 por mil, em 1990, quase o dobro da brasileira de hoje (13,8 por mil). Em relação à educação, apenas 70% das crianças concluía o ensino primário e o acesso às universidades era restrito às elites e à pequena classe média. A maioria dos idosos não contava com aposentadoria e simplesmente vivia à míngua.

Desse modo, a Venezuela chegava ao fim do século XX com uma contradição gritante e insustentável: apesar das grandes riquezas derivadas da exportação de petróleo, o país convivia com problemas sociais muito graves.

Embora o chavismo não tenha alterado, de forma significativa, a estrutura produtiva da Venezuela, que permaneceu estreitamente dependente das exportações do petróleo, Chávez implodiu as arcaicas estruturas sociais e políticas da Venezuela, bem como a política externa de alinhamento automático aos EUA.

A desigualdade, medida pelo índice de Gini, foi reduzida em 54%. A pobreza despencou de 70,8%, em 1996, para 21%, em 2010, e a extrema pobreza caiu de 40%, em 1996, para 7,3%, em 2010.

O chavismo implantou as chamadas misiones, projetos sociais diversificados e amplos que beneficiam cerca de 20 milhões de pessoas, e passou a criar um verdadeiro Estado de Bem-Estar Social na Venezuela. Hoje, 2,1 milhões de idosos recebem pensão ou aposentadoria, ou seja, 66% da população da chamada terceira idade.

Na Venezuela pós-chavismo, a desnutrição é de apenas 5%, e a desnutrição infantil 2,9%. Após o chavismo, a Venezuela tornou-se o segundo país da América Latina (o primeiro é Cuba) e o quinto no mundo com maior proporção de estudantes universitários.

Em relação à saúde pública, é preciso ressaltar que a mortalidade infantil diminuiu de 25 por mil, em 1990, para apenas 13 por 1000, em 2010. Atualmente, 96% da população já tem acesso à água potável. Em 1998, havia 18 médicos por 10.000 habitantes, atualmente são 58. Barrio Adentro, o programa de atenção primária à saúde que recebe a ajuda de mais de 8.300 médicos cubanos, salvou cerca de 1,4 milhão de vidas. Chávez deu início também a um ambicioso programa de habitações populares, proporcionalmente o maior da América Latina.

No campo da política externa, Chávez rompeu com o paradigma anterior de país periférico e dependente e investiu na integração regional e no eixo estratégico da geoeconomia e geopolítica Sul-Sul, com destaque para as relações bilaterais com o Brasil, o que acabou conduzindo à adesão da Venezuela como membro pleno do Mercosul, algo que nos beneficia muito.

A Venezuela chavista tornou-se uma grande parceira do Brasil, comprando vorazmente nossos produtos e recompensando-nos com elevados superávits comerciais e com forte apoio político à integração do nosso subcontinente. Chávez era, sobretudo, um grande amigo do Brasil.

Ademais, Chávez estabeleceu relações próximas com Rússia, China e Cuba e passou a apoiar experiências políticas que divergiam da ordem mundial dominada pelos interesses dos EUA. Em contraste com o isolacionismo anterior, Chávez fundou a ALBA e criou a Petrocaribe, objetivando fornecer petróleo a preços convidativos para os países daquela região. Isso explica porque a OEA, apesar dos esforços febris dos EUA e do Brasil, não consegue aprovar uma resolução forte contra o governo de Maduro.

Mas o principal mérito do chavismo foi ter implodido o pacto que mantinha as oligarquias venezuelanas se alternando no poder, sem dar espaço a novos partidos. Mas foi além e organizou e mobilizou as massas destituídas, bem como passou a dominar setores importantes do aparelho de Estado, como as forças armadas e o poder judiciário.

Isso acabou privando as oligarquias venezuelanas de seus principais instrumentos de intervenção política. São esses fatores que ajudam a explicar a radicalidade do atual processo político venezuelano.

A reação

Como todos sabem, a reação das oligarquias ao chavismo não tardou. Além do conhecido golpe de 2002, que quase resultou na execução de Chávez, houve também o processo conhecido como "paro petrolero", a suspensão das atividades da PDVSA, a estatal do petróleo da Venezuela. A suspensão das atividades da PDVSA, controlada então pelas oligarquias venezuelanas, resultou numa contração do PIB de 18%, entre 2002 e 2003, inflação, carestia de produtos básicos, desemprego, aumento do risco país etc.

No país com a maior reserva de petróleo do mundo, houve até falta de gasolina. O governo brasileiro, ao final de 2002, enviou navio tanque com gasolina para suprir parcialmente a carência de combustíveis na Venezuela.

O "paro petrolero" forçou o chavismo a intervir na PDVSA, dominando-a, assim como o golpe de 2002 forçou o chavismo a controlar mais fortemente as forças armadas.

É eloquente a falta de compromisso real das oposições venezuelanas, como López, Capriles e Ledezma, com a democracia. O "paro petrolero", em particular, evidencia que tais oligarquias não têm pruridos em arruinar a economia do país, desde que isso signifique uma oportunidade para voltar a controlar o poder perdido.

A situação da Venezuela atual é muito próxima da existente no período 2002-2003. A vitória de Maduro sobre Capriles, ainda que por pequena margem, frustrou as expectativas da oposição. Pouco tempo depois, os setores mais radicalizados, liderados por Leopoldo López, iniciaram o processo denominado de "la salida", a utilização de manifestações violentas de rua, com a formação de barricadas, as chamadas "guarimbas", incêndio de edifícios públicos e até mesmo de atos terroristas com o intuito de derrubar o governo eleito.

Entre 2013 e 2016, esse processo político radicalizado pela oposição de direita acabou provocando a morte de pelos menos 46 pessoas, a maioria chavistas ou de pessoas sem afiliação política, bem como danos milionários a equipamentos públicos.

Tais "guarimbas" foram e são financiadas desde o exterior. Com efeito, há uma conexão clara da direita venezuelana, particularmente dos setores ligados a Leopoldo López, com a extrema direita da Colômbia, principalmente com Álvaro Uribe e seus grupos de extermínio. São essas conexões e os reiterados atos de violência que levaram à prisão de López e Antonio Ledezma na Venezuela.

Caracterizá-los como presos políticos que tivessem cometido "crimes de consciência", como faz a imprensa brasileira, é desconhecer a realidade de uma direita que não tem, de fato, qualquer compromisso com a democracia e os direitos humanos e que aposta sistematicamente na violência como arma política preferencial.

Concomitantemente, foi iniciado um processo econômico que visa a produzir carestia, desabastecimento e inflação, tal como ocorreu, por exemplo, no Chile de Allende ou mesmo na própria Venezuela dos anos 2002 e 2003. Em parte, como resultado e a economia venezuelana ser ainda muito dependente das exportações do petróleo e com agricultura e indústria débeis.

Mas há também uma guerra econômica em curso que utiliza: 1) o desabastecimento programado de bens essenciais; 2) a inflação induzida; 3) o boicote a bens de primeira necessidade; 4) o embargo comercial disfarçado; e 5) o bloqueio financeiro internacional.

Essa guerra vem ajudando a radicalizar ainda mais o processo político venezuelano. Nos últimos 4 meses, morreram mais de 100 pessoas nos conflito de ruas. Houve linchamentos de chavistas, inclusive de um que foi queimado vivo, atentados terroristas, incêndios de prédios públicos, inclusive de uma maternidade. Houve também, é claro, a morte de manifestantes da oposição pelas forças de segurança. A violência se generalizou.

O governo chavista optou pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, prontamente rejeitada pela oposição, que logo alegou ser inconstitucional e que visava a perpetuar o poder de Maduro.

Em primeiro lugar, tal convocação não é inconstitucional. A convocação da Assembleia Constituinte pelo presidente da república está prevista clara e explicitamente no artigo 348 da Constituição da Venezuela. Em segundo, a Constituinte não substitui a Asamblea Nacional (o parlamento unicameral da Venezuela), como foi afirmado falsamente, a qual continuará a funcionar e a cumprir suas funções legislativas.

Em terceiro lugar, a convocação de assembleias constituintes é um mecanismo frequentemente usado em países democráticos como solução pacífica para impasses políticos e institucionais como o que acomete a Venezuela atual.

Em quarto lugar, a convocação teve apoio expressivo da população. O número de votantes para a assembleia (mais de 8 milhões) foi superior aos votos que teriam sido obtidos pelo plebiscito informal que a oposição

convocou uma semana antes contra a assembleia (cerca de 7,2 milhões de votos). Observe-se que esse plebiscito é que foi, sim, inteiramente ilegal. Não fosse o clima de violência criado pela oposição, as barricadas que impediram o acesso aos centros de votação e o boicote ostensivo das empresas de transporte, que fizeram locaute no dia da votação, a participação eleitoral poderia ter sido bem superior.

Em quinto lugar, os objetivos estratégicos da Assembleia Constituinte são bem mais amplos do que o suposto desejo de perpetuar Maduro no poder. A Assembleia visa essencialmente a constitucionalizar as misiones sociais, bem como estabelecer as bases jurídicas e institucionais de uma economia pós-petroleira. A preocupação fundamental é impedir retrocessos sociais, como os que ocorrem atualmente no Brasil, e criar mecanismos econômicos que levem a Venezuela a ampliar a base produtiva de sua economia. Há de se enfatizar, além disso, que o texto que sairá dessa Assembleia só terá valor jurídico se for aprovado pela população em referendo.

Assim sendo, caracterizar a convocação da Assembleia Constituinte como um "golpe" ou uma "ruptura da ordem democrática" é algo de evidente má-fé. Pode-se não concordar com tal convocação, mas não se pode denominá-la de "golpe". Golpe foi que aconteceu no Brasil. A alternativa à Constituinte parece ser uma guerra civil aberta. Ao menos, a Constituinte cria uma oportunidade para que se estabeleça um diálogo que supere o atual impasse político e institucional daquele país.

Marcelo Zero é sociólogo, especialista em Relações Internacionais e integrante do Grupo de Reflexão sobre Relações Internacionais (GR-RI)

Link: https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/para-entender-a-venezuela

Em Foco IV

O silêncio

***Por* Vladimir Safatle**

04/08/2017

Há algo de instrutivo no ritual que o Congresso Nacional ofereceu ao país na última quarta-feira, quando um ocupante do cargo da Presidência, gravado em situação flagrante de prevaricação e corrupção passiva, formalmente denunciado pela Procuradoria Geral da União, foi poupado.

É difícil imaginar algum país no mundo que chegaria a um espetáculo tamanho de degradação comandado por uma casta de políticos dignos de filmes de gângsteres série B. Ao menos, depois dessa confissão de desprezo oligárquico pela opinião pública, quem sabe agora parem de falar que estamos em uma "democracia".

Enquanto o país assiste a universidades públicas suspenderem as aulas por se encontrarem em situação falimentar, serviços públicos entrarem em deterioração, agências de pesquisa decretarem estado de calamidade e 3,6 milhões de pessoas saírem da classe média baixa em direção à pobreza, o ocupante do trono da Presidência, único presidente da história brasileira a ser denunciado pela Justiça no cargo, gastava milhões de reais em suborno explícito de deputados, uso de cargos públicos para aliciamento de votos e liberação de emendas escusas a fim de garantir sua sobrevida.

Ou seja, bem-vindos a uma cleptocracia que agora não faz nem sequer questão de conservar as aparências. Há algo de terminal quando até mesmo as aparências já não são mais conservadas. Tudo isso com o beneplácito daqueles que dizem que o país precisa, afinal, de "estabilidade".

Como se vê, há algo de muito interessante no conceito de "estabilidade" que circula atualmente. Uma estabilidade da pauperização, da precarização do emprego, do desmonte dos serviços públicos e da redução final da república brasileira a uma farsa macabra.

Contra isso, há aqueles que falam que receberam uma "herança maldita" do governo anterior. Alguém deveria explicar essa repetição compulsiva que nos acomete. Vivemos em um país onde todo governo usa o expediente de culpar a herança maldita do anterior para mascarar sua própria impotência. O cômico é que eles sempre encontram alguém a continuar a vociferar a mesma estratégia surrada de sempre.

Mas o que pode realmente impressionar alguns é o silêncio com que este momento foi recebido por setores da sociedade brasileira ou, antes, os expedientes que vemos para justificar a passividade. Por que as ruas não queimam, perguntam?

Ao menos três fatores deveriam ser levados em conta aqui.

Primeiro, porque estamos falando de um governo que atira em manifestantes em toda impunidade, como vimos na última manifestação de greve na Esplanada dos Ministérios. Ele usa seu braço armado para cegar estudantes com bala de borracha, atemorizar a população nas ruas com sua polícia gestora da desordem, ameaçar com punições os que entram em greve e ridicularizar o fato de 35 milhões de pessoas pararem o país (como na última greve geral). Ou seja, boa parte das pessoas não sai às ruas porque elas têm medo da violência do Estado, já que elas tacitamente sabem que não têm mais garantias alguma de integridade.

Segundo, porque há um setor da sociedade brasileira que nunca teve problemas com corrupção, mesmo que tenham saído às ruas em 2015 falando o contrário. Eles sempre votaram em corruptos notórios e continuarão fazendo isto. O único problema deles era com o governo anterior. Derrubado o governo, todos eles voltaram para casa e continuarão lá para todo o sempre.

Por fim, não há ninguém nas ruas porque a esquerda brasileira entrou em colapso. Presa entre a tentativa de ressuscitar o que morreu e a incapacidade de encontrar outra forma de incorporação genérica de sua multiplicidade de demandas em um ator político unificado, ela encontra-se paralisada e sem capacidade de dizer claramente o que quer, qual seu horizonte.

Queremos simplesmente retornar ao passado recente, conservar o que está sendo desmontado, ou temos algo a mais a propor? Conseguiremos fazer a maioria da população brasileira sonhar e acreditar em sua própria força de transformação e luta ou empurraremos todos a um horizonte desinflacionado de mudanças, como se isso fosse a expressão de um realismo duro, porém pretensamente necessário?

Sem clareza acerca desses pontos, ninguém avançará um passo.

Link: http://www1.folha.uol.com.br/colunas/vladimirsafatle/2017/08/1906845-o-silencio.shtml#_=_

Em Foco V

El inolvidable legado de Allende a 44 años de su partida

***Por* TeleSur**

11/09/2017

El pensamiento político y humano de Salvador Allende continúa vigente en el pueblo de América Latina y el mundo, que lucha por una sociedad más justa y equitativa.

Salvador Allende es una de las personalidades más importantes y recordadas de la historia de Chile. Fue electo como presidente de ese país en 1970 para cumplir su mandato hasta 1976, sin embargo el 11 de septiembre de 1973, Augusto Pinochet -en complicidad con los Estados Unidos- lideró un golpe cívico-militar contra su Gobierno. Esa mañana, el presidente Allende murió en el palacio de La Moneda defendiendo "el mandato del pueblo", como dijera en sus últimas palabras.

Semblanza de un líder

Salvador Allende nació el 26 de junio de 1908, en el seno de una familia de clase media de Valparaíso. De niño viajó por el país a causa de las actividades laborales de su padre, un abogado que ocupó varios cargos políticos en Chile.

En 1924 ingresó a estudiar Medicina a la Universidad de Chile. Llevado por su profunda vocación social, en 1929 integró el grupo político universitario "Avance", siendo un importante referente estudiantil. A los 25 años se convirtió en el primer secretario regional del Partido Socialista de Chile.

Al obtener su título de médico cirujano, Salvador se dedicó a la medicina social, dejando como legado diversos trabajos sobre salud pública. Antes de cumplir los 30 años, fue electo Diputado por Valparaíso y Quillota.

Bajo el Gobierno del presidente chileno Pedro Aguirre Cerda, ejerció como ministro de Salud. En 1945, fue electo Senador, llegando a presidir la Cámara alta del Congreso.

En 1951, junto a comunistas, radicales doctrinarios y la izquierda socialista, participó en la fundación del Frente Nacional del Pueblo (FRENAP), alianza calificada como una "conciencia en marcha". Un año después se postuló por primera vez para presidir el país.

Luego de tres intentos, el 4 de septiembre de 1970, Salvador Allende fue elegido presidente de Chile, apoyado por la histórica coalición de partidos de izquierda llamada "Unidad Popular".

La historia la hacen los pueblos

Ese hecho marcó al país y a la sociedad chilena, transformándose hasta el día de hoy, para muchos de los seguidores de su legado, en el día más alegre de la historia de la nación. Sin embargo, su triunfo signiricaría también el inicio de una persecusión política que no sólo acabó con el mandato del pueblo, sino también dañó profundamente a varias generaciones, hasta el día de hoy.

Su convicción de que el socialismo podía construirse sobre la base de las tradiciones democráticas, en lo que se definiría como la vía chilena al socialismo, promovió importantes reformas políticas, económicas y sociales que transformaron al país, como la nacionalización de la gran minería del cobre y la profundización de la reforma agraria.

Por primera vez, el pueblo tenía en sus manos su propio destino. La igualdad de oportunidades y derechos eran una realidad palpable y la vida digna y justa estaba siendo garantizada por Allende.

Durante la Unidad Popular la cultura chilena floreció profundamente en referentes políticos y artísticos como el cantautor Víctor Jara (asesinado por la dictadura el 16 de septiembre de 1973) o el poeta Nobel de Literatura 1971, Pablo Neruda, quien falleció el 23 de septiembre, asediado por una enfermedad que se aceleró por la tristeza del golpe de Estado, doce días antes de su muerte.

Su discurso y sus medidas revolucionarias eran abiertamente opuestas al orden establecido por Estados Unidos en la región y afectaban a los intereses de la oligarquía y de los sectores de la derecha del país, quienes iniciaron una campaña de desestabilización económica contra el Gobierno.

Estados Unidos y Pinochet

El imperio norteamericano utilizó todos los recursos disponibles para poner fin a la Unidad Popular de Allende. El país norteño promovió y financió a la oposición chilena que, a su vez, impulsó acciones como paros de transporte, escasez inducida de alimentos y huelgas generales.

En el informe “Actividades de la CIA en Chile”, se puede leer: "La CIA también suministró ayuda a grupos militantes de extrema derecha para debilitar al Presidente y generar una atmósfera de tensión".

El 11 de septiembre de 1970, las fuerzas armadas chilenas, bajo el comando del entonces comandante en jefe del ejército, Augusto Pinochet Ugarte, y con ayuda de los Estados Unidos, llevaron a cabo un golpe cívico-militar contra el gobierno de Salvador Allende.

La violencia generada la mañana de ese martes fue tan agresiva que, prácticamente, dejó sentado lo que serían los próximos años para Chile: un país sometido a una de las dictaduras más cruentas de América Latina.

Ese 11 de septiembre, el palacio de Gobierno, llamado "La Moneda", fue bombardeado por aviones y tanquetas, quedando absolutamente destruído y cuya posterior reconstrucción tardó años.

El presidente Salvador Allende se encontraba en su interior. Pese a los intentos de sus familiares y de su círculo amistoso y político más cercano para llevarlo a un lugar seguro, el mandatario no quiso abandonar su lugar. Asimismo, rechazó el ofrecimiento de Pinochet de "rendirse" y abordar un avión fuera del país. (grabaciones posteriores delatarían las verdaderas intenciones del militar, quien pretendía derribar la aeronave en pleno vuelo).

"Yo no voy a renunciar. Pagaré con mi vida la lealtad del pueblo" dijo en sus últimas palabras, registradas para siempre en un discurso histórico transmitido por la Radio Magalles.
Parapetado en La Moneda, se montó al hombro el fusil que le regalase meses atrás su amigo Fidel Castro. Murió arma en mano, combatiendo a los militares que traicionaron a la Patria.

Su fellcimiento aún está ceñido por las dudas. El suicidio acometido con su propio fusil al verse rodeado por los golpistas, es la teoría que más cobra fuerza, sin embargo existen versiones que indicarían que fue asesinado en su despacho presidencial mientras repelía los ataques.

El fin de su Gobierno significó la instauración de la dictadura de Pinochet, que duró 17 años y dejó más de 3.000 detenidos desaparecidos y ejecutados políticos, además de otros miles de torturados, exiliados y exonerados.

Hasta el día de hoy, el pueblo chileno rinde homenaje año a año a su vida, su obra, su legado y sus enseñanzas, bandera de lucha de las causas populares. Muchos artistas tanto nacionales como internacionales, le han dedicado sentidos homenajes, recordándolo en sus creaciones.

Algunos de ellos son el poeta Mario Benedetti con "Hombre de la paz", el trovador cubano Silvio Rodríguez, "Santiago de Chile" o el cantautor venezolano Alí Primera con "Canción para los valientes".

"Trabajadores de mi Patria, tengo fe en Chile y su destino. Superarán otros hombres este momento gris y amargo en el que la traición pretende imponerse. Sigan ustedes sabiendo que, mucho más temprano que tarde, de nuevo se abrirán las grandes alamedas por donde pase el hombre libre, para construir una sociedad mejor.
¡Viva Chile! ¡Viva el pueblo! ¡Vivan los trabajadores!
Estas son mis últimas palabras y tengo la certeza de que mi sacrificio no será en vano, tengo la certeza de que, por lo menos, será una lección moral que castigará la felonía, la cobardía y la traición".

Cinco frases para recordar a Salvador Allende

1. “La historia es nuestra y la hacen los pueblos”.
2. “Ser joven y no ser revolucionario es una contradicción hasta biológica”.
3. “Sigan ustedes sabiendo que, mucho más temprano que tarde, de nuevo abrirán las grandes alamedas por donde pase el hombre libre para construir una sociedad mejor”.
4. “Algún día América tendrá una voz de continente, una voz de pueblo unido. Una voz que será respetada y oída; porque será la voz de pueblos dueños de su propio destino”.
5. “Si me asesinan, el pueblo seguirá su ruta, seguirá el camino con la diferencia quizás de que las cosas serán mucho más duras, mucho más violentas, porque será una lección objetiva muy clara para las masas de que esta gente no se detiene ante nada”.

Link: https://www.telesurtv.net/news/El-legado-de-Salvador-Allende-a-108-anos-de-su-natalicio--20160624-0038.html

Leia mais sobre a história do Golpe contra o Chile em:

https://gz.diarioliberdade.org/america-latina/item/190057-44-anos-do-golpe-de-estado-no-chile-e-o-seu-conteudo-de-classe-anti-operario.html

Espaço Aberto I

O Mercosul frente aos desafios atuais

Márcia dos Santos Muzi[1]

Introdução

O presente trabalho foi desenvolvido tendo como base o projeto "Mercosul: Os desafios para a construção de um projeto histórico", do Programa de Estudos da América Latina e Caribe (PROEALC). O objetivo deste artigo é oferecer elementos para ampliar o debate sobre o processo de integração regional na América do Sul a partir de uma perspectiva que privilegie os estudos sobre o enfrentamento da 'questão social' inerente as diferentes realidades de cada país. Conforme o levantamento deste estudo busca-se um acompanhamento dos processos políticos ocorridos no período histórico recente, por exemplo, no Brasil, o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff assumindo em seu lugar, o vice Michel Temer a presidência do Brasil no ano de 2016. E na Argentina a chefia da Casa Rosada no mês de novembro de 2015 por Mauricio Macri filiado ao Partido Conservador com proposta Republicana. Observaremos também a suspensão da Venezuela através da análise dos debates realizados dentro do bloco e o que levou a este acontecimento.

O Mercado Comum do Sul, mais conhecido como Mercosul, é um projeto de integração fundado pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, em 26 de março de 1991, com a assinatura no tratado de Assunção. O Tratado de Assunção tinha como objetivo integrar os países membros na época, Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela, que se tornou oficialmente membro em 2012 e teve sua participação suspensa em 2016, devido a sua conjuntura político-econômica.[2]

Desde os anos 1990 o bloco passou por mudanças, principalmente em relação aos países que aderiram ao projeto. Como por exemplo, o Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia, que são países associados, participam plenamente do bloco, fazendo parte apenas em alguns acordos, não possuindo poder de voto nas decisões mais importantes. Também existem os países observadores, México (2006), Nova Zelândia (2010), que só acompanham o andamento do bloco. Cabe ressaltar que a estrutura política do Mercosul, não possui um órgão supranacional[3], adotou-se a presidência rotativa, em que em ordem alfabética os países membros assumem a chefia do bloco durante o período de seis meses.

Configuração econômica com os desafios neoliberais

O Mercosul é constituído por países da América do Sul, no entanto, embora tenha atingido significativamente o nível de integração econômica, ainda é classificado como uma união aduaneira. O bloco deveria possibilitar a livre circulação de mercadorias e pessoas para adotar uma Tarifa Externa Comum, conhecida como TEC, no entanto, há barreiras significativas a serem superadas. A livre circulação atingirá as pessoas físicas e jurídicas de maneira igualitária, podendo cada uma delas entrar e se estabelecer também de forma regular em qualquer um dos Estados Membros, exercendo qualquer atividade econômica. Os procedimentos e tarefas para colocar em prática a liberdade de circulação de pessoas e, conseqüentemente, a liberdade de estabelecimento no âmbito do Mercosul, certamente não é fácil em virtude do conflito de interesses e da ausência de uma legislação uniforme entre os Estados Membros.

1 Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Bolsista EIC do Programa de Estudos de America Latina e Caribe (PROEALC). Contato: marciamuzi1@gmail.com

2 Cristaldo, Heloísa. 2016. "Serra: Venezuela entrou no Mercosul por golpe e não pode assumir a presidência". EBC Agência Brasil. Disponível em: http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-08/serra-venezuela-entrou-no-mercosul-por-golpe-e-nao-pode-assumir-presidencia. Acesso: setembro de 2016.

3 O significado do termo supranacional expressa um poder de mando superior aos Estados, resultando da transferência de soberania operada pelas unidades estatais em benefício da organização comunitária, permitindo-lhe a orientação e a regulação de certas matérias, sempre tendo em vista anseios integracionistas. STELZER, Joana. União Européia e supranacionalidade. Desafio ou realidade? p. 67-68.

A União Aduaneira no Mercosul simboliza uma associação de um grupo de países que se caracterizam por dois pontos: a adoção de uma tarifa externa comum e a livre circulação das mercadorias oriundas dos países associados. A implantação da Tarifa Externa Comum, a TEC, exige que todos os países do grupo apliquem a mesma taxação em relação à importação de bens de países fora do grupo. A TEC visa eliminar a concorrência entre os associados junto aos fornecedores e foi adotada no ano 1995 pelos países membros, e isso implica, por exemplo, que o Brasil não pode decidir sozinho reduzir a taxação sobre determinado produto que ele compra da China em troca de algum beneficio no mercado chinês. (FREIRE E ALMEIDA, 2008)[4].

Para mudar a taxa é preciso fazer um acordo com todos os quatro países membros, que também reduzirão suas tarifas, ou seja, é preciso negociar em conjunto. Outra forma característica da união aduaneira é a formação de uma zona de livre circulação de mercadoria entre os diversos membros, mas no caso do Mercosul, essa segunda medida ainda não foi adotada. Os produtos argentinos, paraguaios e uruguaios têm salvaguardas para entrar no Brasil e vice-versa. Por isso, o Mercosul é considerado uma união aduaneira imperfeita.

O fortalecimento do Mercosul, operado nos últimos anos a partir de políticas "neodesenvolvimentistas[5]", é o principal obstáculo para implementação de políticas de cunho neoliberal no continente. Isso ocorre justamente porque o mercado comum garante aos países do bloco melhores condições de negociação, seja em acordos pontuais, ou nas rodadas de negociações multilaterais no âmbito da Organização Mundial do Comércio, o que não é conveniente para os países neoliberais favoráveis à abertura do comércio e a aproximação com os EUA.

Suspensão da Venezuela

A Venezuela merece especial atenção no atual contexto de desintegração da "hegemonia progressista" na América do Sul e no Mercosul. Isso em função do seu importante papel energético, com a exportação do petróleo, no entanto, seu baixo preço do barril resulta em uma crise econômica causada pela volatilidade do preço do petróleo. Levando com isso também a relevante crise econômica e política que atravessa o país, visto que, situação envolvendo a Presidência *pro tempore*. De maneira geral, os governos com diretrizes neoliberais do continente, que fazem oposição a Maduro, apesar de entenderem a importância da Venezuela para o bloco em termos de segurança energética, questionam sua permanência em função da crise e do regime venezuelano.

A suspensão da Venezuela na presidência rotativa do Mercosul ocorreu de forma que o presidente da Venezuela, Nicolas Maduro, não cumpriu o acordo para se manter no bloco, estipulado pelos países membros como, por exemplo, a demora da Venezuela para adequar suas políticas internas. Segundo MOLINA (2017) o compromisso envolveria que o governo Maduro deveria libertar todos os prisioneiros como as vítimas de perseguição política e de violação de direitos humanos, bem como sua disposição de colaborar na busca de uma solução pacífica e definitiva da crise política, institucional, social, de abastecimento e econômica que atravessa a Venezuela. E quanto à situação da oposição, seria oferecida uma anistia completa as atuais lideranças chavistas e militares, os Amigos da Venezuela[6]. A todos os beneficiários da anistia, seria oferecido asilo, em um país de sua escolha na América Latina, nos EUA ou na Espanha. (Ministério das Relações Exteriores, 2016)[7]. Os países membros do Mercosul chegaram a um acordo no dia 13 de setembro de 2016, de que no presente momento a Venezuela seria impedida de assumir a presidência rotativa.

Desde o começo de 2016, o Mercosul era presidido pelo Uruguai e a Venezuela deveria assumir o posto em julho de 2016, segundo a regra de rotatividade do bloco. No entanto, a passagem da presidência pro tempore de seis meses se transformou em motivo de discussão e expôs divergência entre os governos que integram o Mercosul devido à situação política que a Venezuela atravessa.

4 FREIRE E ALMEIDA, D.O COMÉRCIO INTERNACIONAL E O MERCOSUL EM 2008.USA: Lawinter.com, Maio, 2008. Disponível em: www.lawinter.com/92008cidfalawinter.htm

5 A política dos governos apoiados pela frente neodesenvolvimentista favoreceria igualmente a grande burguesia interna e os trabalhadores, que é um conflito econômico opondo empregados e empregadores, não deve obscurecer a unidade política de ambas as partes em torno de objetivos políticos comuns. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16866/Painel%203%20%20Novo%20Desenv%20BR%20%20Boito%20%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf?sequence=1

6 MOLINA, Federico Rivas. 2017 Mercosul pressiona Venezuela com a cláusula democrática. Site: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/01/internacional/1491076022_326137.html Acesso: maio de 2017.

7 Ministério das Relações Exteriores. 2016. "Aprovação da Declaração Relativa ao Funcionamento do Mercosul e ao Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela."http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14727-aprovacao-da-declaracao-relativa-ao-funcionamento-do-mercosul-e-ao-protocolo-de-adesao-da-republica-bolivariana-da-venezuela Acesso: outubro de 2016.

A suspensão ocorreu no dia 14 de dezembro de 2016, e Mauricio Macri, presidente da Argentina, assume no mesmo dia a presidência do Mercosul em uma reunião extraordinária ocorrida pelos chanceleres do bloco em Buenos Aires. Segundo informações passadas pela ministra de Relações Exteriores da Argentina Susana Malcorra[8], que informou a posse do atual presidente do bloco, lendo em conjunto o comunicado a imprensa acompanhada por outros ministros como do Uruguai (Rodolfo Nin.), Brasil (José Serra) e do Paraguai (Eladio Loizaga).

A reunião da primeira cúpula ministerial depois que no início do mês de dezembro de 2016 a Venezuela foi comunicada de seu afastamento do bloco por descumprir o Protocolo de Adesão. Antes disso, os países fundadores do bloco, Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai tinham chegado a um acordo para impedir que a Venezuela assumisse a presidência como mandava a regra.

O ministro das Relações Exteriores na época, o chanceler José Serra em entrevista ao jornal Agencia Brasil, mencionou que a Venezuela não possui condições de presidir o Mercosul por não cumprir os requisitos previstos nas normas internas do bloco, entre estes estaria a clausula democrática. Segundo o ministro como já foram citados anteriormente, o pais não esta respeitando os direitos humanos e vive atualmente sob um regime autoritário. No qual, possuindo presos políticos um pais não pode ser democrático, levando com isso o descumprimento da mesma. O Governo brasileiro lamenta que a Venezuela não tenha honrando o prazo que se encerrou em 12 de agosto de 2016, em seus esforços para o pleno cumprimento dos compromissos assumidos quando assinou do Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL, em 4 de julho de 2006, em Caracas (CRISTALDO,2016).

Por ordem alfabética, a Venezuela deveria ter assumido a presidência rotativa do grupo em julho passado, sucedendo ao Uruguai, mas o Brasil, Paraguai e Argentina se opuseram devido à situação política e econômica que o país enfrenta atualmente.

Considerações Finais

O afastamento da Venezuela do Mercosul pode trazer consequências graves para a existência do bloco, devido a este conflito que se aprofunda colocando em risco os princípios que levaram a criação do mesmo tendo a defesa dogmática da importância da integração e o da convivência democrática apesar das diferenças regionais. Os países sob a direção dos presidentes com diretrizes neoliberais defendem a suspensão da Venezuela do bloco, devido à evolução da crise neste país e o fim da união aduaneira para que seus associados tenham liberdade de acordos comerciais com os terceiros[9].

As mudanças políticas que compõem os países membros, ou seja, fundadores do Mercosul tem causado impacto nos membros restantes, como Brasil e Argentina. No Brasil o Impeachment da ex-presidente Dilma trouxe para o poder executivo o seu vice Michel Temer, que possui uma política mais liberal, como o presidente Mauricio Macri da Argentina, que também tem o mesmo pensamento para retornar às políticas econômicas neoliberais. E estas duas nações tem grande concordância acerca da saída da Venezuela da presidência do Mercosul.

O projeto destaca a importância de identificarmos como essas inquietações que ocorrem atualmente nos países latino-americanos podem influenciar na possibilidade do sepultamento do MERCOSUL, no marco do processo de globalização econômica e financeira e do fortalecimento que visam à privatização das empresas estatais, à liberdade de penetração do capital estrangeiro na América do Sul e à intensificação de tomada de decisões em um marco mundial que interfere diretamente na intensificação de conflitos locais e regionais. (IANNI, 1998).

O impeachment que ocorreu no Brasil é parte do processo ofensivo contra os progressistas latino-americanos[10], devido à importância do Brasil, sendo um país de dimensões continentais.E com isso, ao assumir o controle da região parece trazer a desconstrução das bases da integração regional levando a uma reaproximação com os EUA. Portanto, se levou a suspensão da Venezuela do bloco, mais que uma crise econômica e política, passam por uma ressignificação da democracia, que desafia governos e organizações a dialogar sobre os caminhos que o bloco tomará para não deixar de ser a esperança de integração possível que um dia motivou sua criação e que já se tornou fundamental para os povos desta região.

8 Mercosul veta presidência da Venezuela e ameaça suspender o país do bloco. Site:http://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/14/internacional/1473818260_333167.html. Acesso: setembro de 2016.

9 Mercosul: o dilema entre união aduaneira e área de livre-comércio. Site: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572005000400004 Acesso: Janeiro de 2017.

10 Os desafios dos governos progressistas na America Latina Site: https://www.brasil247.com/pt/colunistas/geral/288054/Os-desafios-dos-governos-progressistas-na-Am%C3%A9rica-Latina.htm. Acesso: Abril 2017.

Referências

CRISTALDO, Heloísa. 2016. “Serra: Venezuela entrou no Mercosul por golpe e não pode assumir a presidência”. EBC Agência Brasil. Disponível em: http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-08/serra-venezuela-entrou-no-mercosul-por-golpe-e-nao-pode-assumir-presidencia. Acesso: dezembro de 2016.
FREIRE E ALMEIDA, D.O COMÉRCIO INTERNACIONAL E O MERCOSUL EM 2008.USA: Lawinter.com, Maio, 2008. Disponível em: www.lawinter.com/92008cidfalawinter.htm
IANNI, **O. Globalização e o neoliberalismo**. Revista São Paulo em perspectiva, v.12, n.2, p. 27-32, 1998.
STELZER, Joana. **União Européia e supranacionalidade. Desafio ou realidade**? Curitiba: Juruá, 2000. Está pronta e assinada carta que suspende a Venezuela do Mercosul. Disponível em: http://oglobo.globo.com/economia/esta-pronta-assinada-carta-que-suspende-venezuela-do-mercosul-20575145Acesso em: dezembro de 2016.
Maduro acerta com Vázques ‘solução’ para caso da Venezuela no Mercosul. Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2016/12/12/interna_internacional,832042/maduro-acerta-com-vazquez-solucao-para-caso-da-venezuela-no-mercosul.shtml. Acesso em: dezembro de 2016.
Impeachment de Dilma divide opiniões na América Latina. Disponível em: https://br.noticias.yahoo.com/impeachment-de-dilma-divide-opini%C3%B5es-na-am%C3%A9rica-latina-135859057.html Acesso: setembro de 2016.
Mercosul veta presidência da Venezuela e ameaça suspender o país do bloco. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/14/internacional/1473818260_333167.html. Acesso: setembro de 2016.
Temer intensifica ofensiva para aprovar PEC 241, que cria teto de gastos. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/07/politica/1475799055_443075.html Acesso: outubro de 2016.
Líderes latino-americanos apoiam processo de paz na Colômbia. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/29/internacional/1477774325_499440.html. Acesso: outubro de 2016.
Ministério das Relações Exteriores. 2016. “Aprovação da Declaração Relativa ao Funcionamento do Mercosul e ao Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14727-aprovacao-da-declaracao-relativa-ao-funcionamento-do-mercosul-e-ao-protocolo-de-adesao-da-republica-bolivariana-da-venezuela Acesso: outubro de 2016.
MOLINA, Federico Rivas. 2017 Mercosul pressiona Venezuela com a cláusula democrática. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/01/internacional/1491076022_326137.html Acesso: maio de 2017.
Os desafios dos governos progressistas na America Latina Disponível em: https://www.brasil247.com/pt/colunistas/geral/288054/Os-desafios-dos-governos-progressistas-na-Am%C3%A9rica-Latina.htm. Acesso: Abril 2017.
BOITO JR, Armando. 2012. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16866/Painel 3 Novo Desenv BR Boito Bases Pol Neodesenv - PAPER.pdf?sequence=1 Acesso: 28/08/2017.

Agenda Acadêmica

I Colóquio Internacional IV Colóquio Nacional debate sobre formação e trabalho do Assistente Social

Data: 02/10 a 04/10/2017
Local: Universidade Federal de Alagoas.
Link: http://www.abepss.org.br/noticias/i-coloquio-internacional-iv-coloquio-nacional-debate-sobre-trabalho-e-formacao-do-assistente-social-113

Com o tema "Trabalho e Formação Profissional da/o Assistente Social no Brasil e no mundo: desafios contemporâneos", o evento acontece na UFAL, em Alagoas, entre os dias 02 e 04 de outubro.

I Colóquio Nacional de Literatura, memória e subjetividade – COLMES
XI Semana de Letras da UEMA - Desafios da sociedade contemporânea: permanências e rupturas

Data: 03/10 a 06/10/2017

Local: Universidade Estadual do Maranhão.
Link: https://agenda.galoa.com.br/evento/colmes-i-coloquio-nacional-literatura-memoria-e-subjetividade
http://www.colmes.com.br/?utm_source=galoa-agenda&utm_medium=page&utm_campaign=galoa-event-5039

As transformações econômicas, sociais vislumbradas a partir de fins do século XIX corroboraram para profundas mudanças nas formas de sociabilidades, desencadeando a nova visão que se tem de indivíduo, sujeito sem rosto em meio à multidão e cada vez mais voltado para dentro de si. O mundo distendido derrocou uma caminhada marcada pela visão fragmentada e por formas diferentes de convivência: os fios da rede de relações ancorados no espírito coletivo se desprenderam gerando desenraizamento, perda de referências, individualização, esfacelamento da memória. Apesar disso, os trânsitos não favorecem a perda de elementos culturais, mas sim o transbordamento do novo. Pensando nessas questões, propomos o I COLÓQUIO NACIONAL DE LITERATURA, MEMÓRIA E SUBJETIVIDADE e XI SEMANA DE LETRAS, CAMPUS DE TIMON - Desafios da sociedade contemporânea: permanências e rupturas. O evento justifica-se pela necessidade de se pensar a sociedade contemporânea, por meio da memória, cultura e subjetividades articuladas ao fazer literário. O evento é uma iniciativa do Mestrado em Letras da UEMA e do Departamento de Letras do Campus Timon, com o apoio da UESPI e UFPI. É patrocinado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Maranhão – FAPEMA.

Seminário Nacional de Serviço Social, Saúde Mental e Drogas: Políticas Públicas e Direitos Humanos

Data: 19/10/2017
Local: Universidade Estadual do Rio de Janeiro.
Link: https://www.facebook.com/events/142500366334618/

Um grupo de assistentes sociais pesquisadores/as vem se reunindo desde 2010, a partir dos Encontros Nacionais de Pesquisadores/as em Serviço Social (ENPESS) da ABEPSS e numa lógica de tecer suas trocas e experiências de ensino, pesquisa e extensão desse campo, construíram uma rede nacional e reuniram-se com representantes do referido campo no III Fórum Brasileiro de Direitos Humanos e Saúde Mental da ABRASME, na perspectiva de estruturar o Seminário Nacional de Serviço Social, Saúde Mental e Drogas: Políticas Públicas e Direitos Humanos.

13º Congresso Estadual e 1º Congresso Ibero-Americano de Serviço Social

Data: 19/10 a 21/10/2017
Local: Mérida, Espanha.
Link: https://www.cgtrabajosocial.es/congreso2017

4º Congresso Latino-Americano de Serviço Social Crítico

Data: 25/10 a 26/10/2017
Local: Bogotá, Colômbia.
Link: http://www.cfess.org.br/visualizar/eventos-atual

Informações sobre o evento podem ser solicitadas pelo e-mail: 4congresolatinoamericanotsc@gmail.com

III International Congress Karl Marx (III Congresso Internacional Karl Marx)

Data: 02/11 a 04/11/2017
Local: Lisboa, Portugal.
Link: https://agenda.galoa.com.br/evento/iii-congresso-internacional-karl-marx
https://centenario1917.wordpress.com/?utm_source=galoa-agenda&utm_medium=page&utm_campaign=galoa-event-4586

The October Revolution of 1917 was one of the most significant events of the modern era. Its historical meaning can be understood, on the one hand, within the narrative of previous revolutions – starting with the 1789 French Revolution – and of the rise of the labour movement in the nineteenth-century. On the other hand,

1917 also paved the way to several other twentieth-century events and phenomena, such as the Chinese Revolution or the post-colonial turn. On its hundredth anniversary, the Institute for Contemporary History organizes an international conference dedicated to the study and discussion of the October Revolution and its consequences.

Congresso Interinstitucional Brasileiro de Educação Popular e do Campo & Encontro Goiano da Escola da Terra

Data: 11/12 a 13/12/2017
Local: Universidade Federal de Goiás.
Link: https://agenda.galoa.com.br/evento/cibepoc-congresso-interinstitucional-brasileiro-educacao-popular-e-do-campo
https://cibepoc.wixsite.com/cibepoc?utm_campaign=galoa-event-5015&utm_medium=page&utm_source=galoa-agenda

Tema: Conhecimentos e reconhecimentos: desafios no processo de institucionalização.

56 Congresso Internacional de Americanistas (ICA) - Salamanca 2018

Data: 15/07 a 20/07/2018
Local: Salamanca, Espanha.
Link: http://ica2018.es/inicio/

Bajo el lema «Universalidad y particularismo en las Américas», esta edición del ICA llama a la reflexión sobre la dialéctica entre la universalidad y los particularismos en la producción de conocimiento, un diálogo en el que la necesidad de conocer los particularismos de los fenómenos sociales, políticos, artísticos y culturales obliga a formular nuevas hipótesis que enriquecen y replantean las grandes teorías generales de las ciencias y las humanidades.
El carácter interdisciplinario e inclusivo que ha caracterizado al ICA desde su inicio en 1875, como un congreso de estudios de área en sentido completo, hace aún más significativa esa dinámica de producción de conocimiento. Con un planteamiento interdisciplinario e inclusivo, ICA reúne a investigadores que estudian el continente americano, desde Alaska hasta Tierra de Fuego, incluyendo el territorio del Caribe, a partir del análisis de su política, economía, cultural, lenguas, historia y prehistoria. Así, el Comité Organizador les invita a presentar sus propuestas y participar en el análisis y la reflexión sobre las especificidades de las Américas y el Caribe con el objetivo de enriquecer las grandes teorías generales.

Lançamentos

LOLE, Ana; DEL ROIO, Marcos; GOMES, Victor Leandro Chaves (orgs). Gramsci e a Revolução Russa. Rio de Janeiro, Mórula, 2017.

Sinopse:

O ano de 2017 apresenta uma conjunção extraordinária, a qual estimula a reflexão muito mais que necessária sobre a teoria e a experiência do movimento de emancipação do trabalho humano diante da exploração do capital. Nesse centenário da Revolução Russa e de oitenta anos da morte de Antonio Gramsci é fundamental que se traga da Revolução Russa, da sua experiência trágica, da sua luta heroica, das suas formulações teóricas e práticas, os ensinamentos para a retomada da luta por uma sociedade mais igualitária neste novo século. O livro trata de questões que dizem respeito à relação entre Gramsci e Lenin, entre a Itália e a Rússia. Recorda os oitenta anos da morte de Gramsci e o centenário da Revolução Russa reunindo artigos produzidos por estudiosos brasileiros e italianos, que refletem acerca do evento revolucionário russo pelo prisma do pensamento político do filósofo sardo. Ao longo desta obra coletiva temos o registro das ideias gramscianas de modo a realçar seu “espírito inventivo”, o que já demarca a singularidade e a riqueza desta coletânea.A obra é organizada por Ana Lole, Victor Leandro Chaves Gomes e Marcos Del Roio, conta com prefácio de Fábio Frosini e artigos de Domenico Losurdo, Anita Helena Schlesener, Michelle Fernandes de

Lima, Edmundo Fernandes Dias, Daniela Mussi, Eduardo Granja Coutinho, Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos, Gianni Fresu, Giovanni Semeraro, Lincoln Secco, Leandro Galastri e Giuseppe Vacca.

BRAGA, Ruy. A rebeldia do precarizado: trabalho e neoliberalismo no Sul Global. São Paulo, Boitempo*, 2017.*

Sinopse:

A rebeldia do precariado busca fundamentar etnograficamente a crise da globalização neoliberal iniciada em 2008, a partir da comparação entre três países – Portugal, África do Sul e Brasil. O livro propõe compreender as resistências populares às políticas de espoliação social que acompanham a difusão do neoliberalismo e da precarização do trabalho na semiperiferia do sistema. Para tanto, recorre ao arcabouço teórico marxista na tentativa de interpretar tanto os avanços da mercantilização do trabalho, da terra e do dinheiro quanto as novas formas de insurgência contra a espoliação protagonizadas pelo precariado urbano. Trata-se da primeira obra na história da sociologia brasileira a comparar três países em três continentes diferentes apoiando-se tanto no marxismo quanto em etnografias da condição proletária. Além disso, em termos internacionais, não há nenhuma obra publicada recentemente que se proponha a interpretar a crise da globalização iniciada em 2008 a partir da prática política e das formas de resistência do precariado urbano. Igualmente, não há notícia na literatura dos estudos do trabalho global de um único trabalho que tenha comparado especificamente Portugal, África do Sul e Brasil.

MARX, Karl. O capital [Livro III]. Crítica da economia política. Livro III: O processo global da produção capitalista. São Paulo, Boitempo*, 2017.*

Sinopse:

Certamente um dos livros mais aguardados do ano é este volume da obra-prima de crítica da economia política de Marx. Intitulado O processo global da produção capitalista, o texto procura conjugar as análises do Livro I (dedicado ao processo de produção do capital) e do Livro II o (dedicado ao processo de circulação do capital).
Embora possa ser considerado em muitos sentidos o ápice da obra de Marx – é nele que está contida, por exemplo, a famosa apresentação do problema da queda tendencial da taxa de lucro, bem como toda a discussão sobre capital de comércio financeiro –, o Livro III de O capital é também um texto muito delicado, porque não chegou a ser finalizado em vida pelo autor, sendo editado posteriormente por Friedrich Engels. Por isso é tão importante o fato de a edição da Boitempo ser a primeira realizada a partir dos documentos da MEGA-2 (Marx-Engels-Gesamtausgabe), que traz a mais completa e minuciosa apuração dos manuscritos, notas e apontamentos de Marx e das opções de Friedrich Engels para a publicação.

Expediente

Reitor
Prof. Ruy Garcia Marques
Vice-reitora
Profª. Georgina Muniz
Sub-reitora de Graduação
Profª Tania Maria de Castro Carvalho Netto
Sub-reitor de Pós-graduação e Pesquisa
Profº Egberto Gaspar de Moura
Sub-reitora de Extensão e Cultura
Profª Elaine Ferreira Torres
Diretor do Centro de Ciências Sociais
***Profº* Domenico Mandarino**
Coordenadora do PROEALC
Profª Silene de Moraes Freire

Editoras Responsáveis
Profª Dra. Silene de Moraes Freire
Dra. Larissa Costa Murad
Coordenação de Produção
Dra. Larissa Costa Murad
(PROEALC/PPGSS/PNPD)
Arthur Montilho Araújo Batalha
(PROEALC/CCS/UERJ)
Diagramação
Ana L. B. da Silva (ISERJ/FAETEC)
Revisão
Os textos publicados são de responsabilidade dos autores.